



PROJETO DE LEI N° _____/GVMC/2025
PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei n° 4854-2025 Autoriza o Poder Executivo a
Proj. de Lei Comp. n° _____ instituir política de inclusão de
Resolução _____ pessoas com deficiência nos
Decreto Legislativo _____ cargos comissionados da
Emenda _____ Administração Pública Municipal
Data 03/07/25 Horário 10:54 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono o seguinte:

PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir política pública de inclusão de pessoas com deficiência nos cargos comissionados da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto Velho.

Art. 2º A política mencionada no art. 1º poderá prever a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) dos cargos comissionados para pessoas com deficiência, observado o disposto na legislação federal pertinente, especialmente a Lei n° 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 3º Para fins deste projeto, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nos termos da legislação federal aplicável, garantindo-se condições de acessibilidade e adaptação razoável ao ambiente de trabalho.

Art. 4º A implementação da política de que trata esta Lei poderá ocorrer de forma gradativa, observando-se, preferencialmente, os seguintes marcos:

- I - 5% (cinco por cento) no primeiro ano;
- II - 7% (sete por cento) no segundo ano;
- III - 10% (dez por cento) a partir do terceiro ano.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - RO
Rua Belém, 139 - Embratel, CEP: 76820-734 - contato: 69 9 9282-8699

VEREADOR
**MARCOS
COMBATE**

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCOS COMBATE - AGIR



Art. 5º O Poder Executivo, a seu critério, poderá promover ações de capacitação, sensibilização e adequação institucional com vistas à inclusão, permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência nos cargos comissionados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 02 de julho de 2025

VEREADOR MARCOS COMBATE
Primeiro Secretário da CMPV – RO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9 9282-8699



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por escopo **autorizar** o Poder Executivo Municipal a instituir uma política pública de inclusão de pessoas com deficiência nos cargos comissionados da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto Velho. Trata-se de uma iniciativa que busca ampliar a participação social e profissional de um grupo historicamente marginalizado, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da inclusão e da valorização da diversidade.

Ao estabelecer um percentual mínimo de pessoas com deficiência nos cargos de livre nomeação, Porto Velho dá um passo concreto rumo a uma administração mais inclusiva, moderna e justa.

Trata-se de uma medida que busca efetivar o direito à igualdade, à inclusão e à não discriminação, em conformidade com os princípios constitucionais e infraconstitucionais.

Amparo Constitucional e Legal:

- Art. 1º, III, da Constituição Federal: estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana.

- Art. 3º, I e IV, da Constituição Federal: define como objetivos fundamentais da República erradicar a pobreza, a marginalização e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, o que abrange claramente a inclusão da pessoa com deficiência.

- Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal: determina que a administração pública deve reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definir os critérios de sua admissão.

- Art. 203, IV, da Constituição Federal: afirma que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, promovendo a integração ao mercado de trabalho das pessoas com deficiência.

Sob o aspecto jurídico-formal, este Projeto de Lei não impõe obrigação ao Poder Executivo, mas apenas autoriza a

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9 9282-8699

VEREADOR
**MARCOS
COMBATE**

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORDER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCOS COMBATE - AGIR



adoção de política pública, de modo a respeitar o princípio da separação dos poderes e evitar o vício de iniciativa. Dessa forma, a proposição não interfere na estrutura administrativa nem na organização interna da gestão pública municipal, mantendo-se dentro dos limites da competência legislativa do vereador autor.

Por fim, este projeto representa um avanço necessário e viável na construção de uma cidade mais inclusiva, plural e democrática, em que todas as pessoas possam exercer seus direitos plenamente, inclusive nos espaços de liderança e representação institucional.

Diante do exposto, submetemos a presente proposta à apreciação dos nobres pares, certos de que sua aprovação representará um marco no compromisso do Município de Porto Velho com os direitos humanos, a equidade e a justiça social.

VEREADOR MARCOS COMBATE
Primeiro Secretário da CMPV – RO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9 9282-8699

e-DOC 78289B61

Assinado por **Antônio Marcos Mourão Figueiredo - Marcos Combate** - Vereador - Em: 03/07/2025, 10:34:03